

JORNAL DO BRASIL
Villas-Bôas Corrêa

Os parlamentaristas de fé ensaiaram afinal uma reação à avalanche presidencialista que despencou do plenário, com a virada patrocinada pelo *Centrão* e que ameaçava soterrá-los com curiosa e esperta orquestração afinada pela categórica constatação de que se esfumara o sonho da mudança do sistema de governo.

Um estranho episódio, um tanto perdido nos inexplicáveis que envolvem as contradições de uma Constituinte tumultuada e solta na dupla omissão das lideranças e do PMDB. Não se apresentou um dado objetivo, os números de qualquer pesquisa ou a lógica de uma evidência.

Simplemente e de uma hora para outra, como num passe de mágica em circo de pobre e que deixa à mostra cada truque ou cada trapaça, substituiu-se a convicção longamente posada e provada da tendência de uma constante maioria da Constituinte pelo parlamentarismo pela simples afirmação de que, numa marola de adesão coletiva, o plenário invertera a mão e disparava, a galope, para manter o presidencialismo.

À falta de elementos demonstrativos, construiu-se um raciocínio. A Comissão de Sistematização, na verdade, decidira pelo parlamentarismo como pela redução do mandato presidencial para quatro anos no empuxe de um movimento pendular anti-Sarney. Um presidente impopular, e que se expusera além dos limites da prudência para defender os cinco anos, recebera o troco irado de uma Constituinte hostil. Mas, saciada a raiva, com a serenidade de retorno aos espíritos, repontava o límpido flagrante de uma maioria, sobrando nas folgas, pelo presidencialismo.

Claro que, ao lado de tal pincelada impressionista, algumas constatações mais objetivas identificam o mutirão silencioso dos interesses e das ambições mobilizados contra um sistema de governo que esvazia os poderes da Presidência da República e que, portanto, desanima candidaturas. Os governadores do PMDB, quase todos, entraram na ciranda, no esforço múltiplo de garantir o presidencialismo concentrador, imperial, retocado nos 20 anos de arbítrio e intocado pela desatenção intencional da Nova República.

Há uma certa racionalidade na sanha dos presidencialistas. Afinal, à exceção do modesto ex-governador Franco Montoro, não se conhece um outro candidato declarado a presidente parlamentarista.

O que se não é uma suspeita indicação de ambições insaciáveis, registra um equívoco de observação. Ora, mesmo no caso de adoção do parlamentarismo, o presidente não será um dois-de-paus, uma figura decorativa, um lenço guardando o



lugar na cadeira despojada dos encantos e poderes. A tradição de quase um século de presidencialismo assegura o prestígio residual do presidente. E não é só. Um presidente eleito pelo voto direto de milhões, escorado na maioria inflada do segundo turno, estará investido de uma liderança de fato, que invade as fronteiras constitucionais. Tanto mais que não teremos nem presidencialismo puro e nem parlamentarismo ortodoxo. Mas, uma mistura, a miscelânea resultante da negociação da mudança ou das concessões para manter um pobre regime salpicado por um secular seriado de fracassos, de crises, golpes, escândalos, mordomias, incompetência, intranquilidade, roubarheira e impunidade.

No embalo do oba-oba do presidencialismo reabilitado, montou-se espetáculo completo para a badalação que sedimenta a impressão do consumado. E que ajude a opção dos que adoram integrar a procissão do êxito. Tivemos tudo ou quase. Até os comícios inaugurais da campanha pelas diretas-já, em 88 ou hoje, de Brizola e Lula, incluíram no libreto a louvação do presidencialismo e a condenação adjetivada do parlamentarismo.

A resposta dos parlamentaristas é todo um didático exemplo da diferença entre os sistemas de governo. Na Constituinte, em surdina, rearticula-se emenda a ser renovada em plenário e que, se não alcançou, anda próxima das 280 assinaturas da maioria absoluta. O que é, no mínimo, um sinal de que o parlamentarismo não é uma causa perdida, derrotada na véspera com a sina antecipadora do peru de Natal.

E, à estridência dos comícios, os parlamentaristas montaram um discreto ato público em recinto fechado no velho Palácio Tiradentes. Ali, na noite de anteontem, reuniram cerca de 300 pessoas sentadas para ouvir, em atenção bem-comportada, a explicação sobre o funcionamento do governo de gabinete, suas excelências e vantagens. Os discursos, mesmo o do orador da eloquência consagrada de Afonso Arinos, baixaram para o tom coloquial de uma exposição universitária. Num rasgo de entusiasmo, lançou-se manifesto de 50 linhas, de texto correto e contido, sem insultos. Até para resposta aos ataques de Brizola, preferiu-se a indireta, transparente mas sem a explicitação do nome.

Ora, o parlamentarismo é mesmo isso. No Brasil, a proposta de uma elite, a preferência de intelectuais, de estudiosos. Nunca a passional e intransigente religião dos que vestem a camisa do presidencialismo como fanáticos torcedores de clube de futebol.

Povo mesmo não participa da discussão nem manifesta preferência solidamente assentada na escolha comparada. De parlamentarismo entendemos pouco ou nada. Presidencialismo é o que temos, o convite ao radicalismo das campanhas girando em torno de carismas.

Presidencialismo soa nos metais, reclama o tom sinfônico, o tratamento orquestral. Parlamentarismo é partitura para concerto de câmara.